

"FORMAÇÃO NA REDE: INTERFACES NAS AÇÕES DE PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA"

Coordenador: LAURA SOUZA FONSECA

Autor: PRISCILA GUADALUPE DOS SANTOS GUTERRES

Extensão que se realiza na comunidade da Grande Cruzeiro, Porto Alegre, RS, articulada à pesquisa de cunho social Interfaces das Ações de Proteção Integral à Infância, à Adolescência e à Família: Escola, Socioeducativo e Conselho Tutelar, inserida no NIEPE-EJA/UFRGS. Em nível nacional, associa-se à investigação "Estatuto da Criança e do Adolescente: Dispositivo de Intervenção na Área da Infância e da Adolescência" coordenada pela Prof^a Dr^a Estela Scheinvar. Nossa pesquisa, desenvolve-se na Rede de Proteção da microrregião 5, dispositivo de participação popular em defesa da garantia de direitos de crianças e adolescentes. Esse dispositivo de participação concretiza-se em um período democrático pós-ditadura civil-militar, articula-se com a legislação pós-Constituição de 1988, prioritariamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que institui a interface do Conselho Tutelar (CT) e a Rede de Proteção. A participação na decisão de encaminhamentos de casos de direitos violados e/ou ameaçados é uma das condições fundamentais para o diálogo e interface entre a REDE e o CT como um órgão não-jurisdicional. A Rede de Proteção é composta pela sociedade civil e por representantes de políticas sociais de diferentes áreas de atuação, entre as quais Educação, Assistência Social e Saúde. Por isto, a REDE compõem-se de trabalhadores destas áreas de atuação em distintos postos de trabalho, que atuam em instituições executoras de atendimento aos sujeitos infanto-juvenis em situação de vulnerabilidade social. Nesta rede de atendimento materializam-se as políticas sociais, bem como ocorrem diferentes processos de sociabilidades de sujeitos infanto-juvenis. Desde nossa intervenção na REDE, problematizamos a "participação" - e a necessidade de sua qualificação - na tentativa de problematizar esta forma de organização popular. Na Rede de Proteção, demandou-se essa ação de formação em serviço, que ocorre por meio de uma exposição dialogada e leituras prévias de artigos sugeridos aos sujeitos que participam da Rede de Proteção com as seguintes temáticas: violações de direitos, marco regulatório e a proteção integral, Direitos Humanos, Conselhos deliberativos, políticas de governo e transferência de renda, políticas sociais: políticas de Estado e políticas de governo para que, possamos propor aos representantes de políticas sociais a produção de um ensaio tomando as aprendizagens do semestre: a experiência nas políticas sociais, os direitos e suas violações, e perspectivas e limites de

superação. Essa formação em serviço foi proposta por representantes de políticas sociais, sociedade civil com assento na Rede, visando à formação propulsora do trabalho/militante desenvolvido à infância, à adolescência e às famílias desta localidade. Representantes de políticas sociais cotidianamente constroem esse espaço também protetivo à garantia de direitos aos sujeitos infanto-juvenis, no qual se problematizam questões de direitos ameaçados e/ou violados de crianças e adolescentes. Em suma, realizamos uma ação extensionista, bem como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que possibilita formação em serviço, na qual problematizamos os dados coletados na pesquisa com os representantes de políticas sociais que materializam a sociedade civil, o Estado e o governo.